



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA
COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PROGRAMA ESTADUAL DE SANIDADE DOS ANIMAIS AQUÁTICOS

NORMAS PARA O CADASTRO DE AQUICULTOR E AQUARIOFILISTA PARA A EMISSÃO DE E-GTA

Os órgãos executores de defesa sanitária animal poderão permitir a impressão da e-GTA pelo produtor rural, nos termos da Instrução Normativa nº 19 de 03/05/2011/MAPA. Neste caso, a e-GTA será expedida por sistema informatizado, utilizado pelo Serviço Oficial, cujas informações sejam transmitidas à Base de Dados Única imediatamente após sua emissão, na qual poderá ser consultada e atestada sua autenticidade. **A impressão da e-GTA deverá ser autorizada com base nos registros sobre o estabelecimento de procedência da carga e no cumprimento das exigências de ordem sanitária estabelecidas para cada espécie.**

1. AMPARO LEGAL: PARA A EMISSÃO DA E-GTA, DEVE-SE SEGUIR AS NORMATIVAS VIGENTES:

- IN nº 04 de 04 de fevereiro de 2015, alterada pela IN nº 04 de 28 de fevereiro de 2019;
- IN nº 69 de 13 de dezembro de 2019;
- IN nº 10 de 17 de abril de 2020;
- Manual de preenchimento para emissão de guia de trânsito animal de animais e matéria-prima de animais aquáticos de cultivo – versão 8.0.

2. CADASTRO DOS ESTABELECIMENTOS DE AQUICULTURA:

- 2.1 Todo estabelecimento que cultiva ou mantém animais aquáticos para qualquer finalidade deverá estar cadastrado no Órgão Executor de Sanidade Agropecuária - OESA.
- 2.2 As informações mínimas que deverão estar contidas no cadastro estão dispostas no Formulário de Cadastro de Estabelecimento de Aquicultura e seus Anexos, conforme Anexo I.
- 2.3 Empresas Pesqueiras, a pessoa jurídica, constituída de acordo com a legislação vigente, devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, destinada ao exercício da atividade pesqueira para fins comerciais e que desenvolva uma das atividades a seguir:
 - I - beneficiamento, processamento e transformação do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca e da aquicultura, com fins comerciais;
 - II - comércio de organismos aquáticos vivos, para fins ornamentais e de aquariofilia, com finalidade exclusiva de distribuição ou exportação; e
 - III - comércio de organismos aquáticos vivos, para uso como isca viva ou para engorda em atividades de aquicultura, devem comprovar a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira.
- 2.3.1 Ficam dispensados de inscrição no RGP na categoria Empresa Pesqueira, os empreendimentos do comércio varejista e atacadista de pescado, a exemplo de: feiras, peixarias, açougues, mercados, supermercados, restaurantes, e-commerces, lojas de aquariofilia que não realizem distribuição ou exportação e empreendimentos que realizem exclusivamente o transporte de recursos pesqueiros.

3. ATENDIMENTO DAS AÇÕES DE BOAS PRÁTICAS DE AQUICULTURA, PROFILAXIA E BIOSSEGURIDADE:

- 3.1 Os estabelecimentos de aquicultura deverão adotar ações de boas práticas de aquicultura que incluam manejo sanitário adequado para o tipo de estabelecimento de aquicultura.
- 3.2 Os estabelecimentos de aquicultura deverão manter arquivo de dados auditáveis dos três últimos ciclos de produção ou dos últimos três anos no qual conste o registro de:
 - I - documentação de ingresso e egresso dos animais;
 - II - origem de alimentos e aditivos, quando couber;
 - III - biomassa média inicial ou quantidade de animais alojados por ciclo;
 - IV - mortalidade estimada por ciclo de produção ou a cada 3 (três) meses;
 - V - tratamento e análise de qualidade da água de afluentes, efluentes e daquela utilizada na produção, quando aplicável;
 - VI - medidas de manejo sanitário, tais como: vazio sanitário, limpeza e desinfecção, quarentena, vacinação e demais profilaxias, tratamentos, utilização de assistência técnica especializada e análises laboratoriais;
 - VII - sinais clínicos de doenças e diagnósticos; e
 - VIII - tratamento e destinação de resíduos sólidos e líquidos.
- O produtor rural e o responsável técnico do estabelecimento de aquicultura, quando existente, são responsáveis pelo provimento e manutenção das informações e poderão utilizar a ficha de registro sanitário conforme modelo do Anexo II.
- Os dados da ficha de registro serão utilizados em investigações epidemiológicas pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO).
- 3.3 Os estabelecimentos de aquicultura deverão adotar boas práticas de produção, manejo sanitário e biosseguridade em detrimento do uso de substâncias terapêuticas.
- 3.4 Para os estabelecimentos de aquicultura que forneçam a matéria-prima cuja destinação final seja o consumo humano ou animal, os produtos de uso veterinário e as substâncias químicas e biológicas utilizadas com finalidade profilática ou terapêutica deverão estar registrados para uso em aquicultura no órgão competente.
- 3.5 Os estabelecimentos de aquicultura deverão adotar medidas na tentativa de controlar vetores, pragas, roedores, animais domésticos e selvagens de modo a preservar a biosseguridade do estabelecimento.
- 3.6 Os insumos vivos de origem animal utilizados nos estabelecimentos de aquicultura com finalidade de alimentação, tais como biomassa de artêmia, cistos de artêmia, poliquetas, dentre outros, deverão ter registro no MAPA, quando obrigatório pelo tipo de produto, e cumprir com os requisitos zoossanitários que visem a mitigação de risco de potenciais doenças ou infecções.
- 3.7 As matrizes e reprodutores deverão ser isolados dos demais animais aquáticos existentes no estabelecimento a fim de que sejam submetidos a monitoramento sanitário, por um período mínimo de 15 (quinze) dias, previamente à sua introdução no estabelecimento de aquicultura. O isolamento deverá impedir o compartilhamento de água com os demais animais aquáticos existentes no estabelecimento.
- 3.8 Para a autorização do transporte de animais aquáticos vivos e seu material de multiplicação, o Serviço Veterinário Oficial poderá exigir medidas de mitigação de risco, tais como a realização de quarentena prévia baseada em evidências epidemiológicas ou conforme previsto em legislação complementar.
- 3.9 Toda documentação referente ao trânsito de animais, pessoas e insumos, e demais registros sanitários do quarentenário deverão ser mantidos arquivados e ficará à disposição do Serviço Veterinário Oficial por um período mínimo de 5 (cinco) anos.
- 3.10 Os estabelecimentos de aquicultura que produzem e transportam formas jovens de animais aquáticos (alevinos de peixes, pós-larvas de camarão, sementes de ostras e imagos de rãs) deverão possuir documentados planos de ação para doenças de notificação obrigatória que afetam as espécies cultivadas.
- 3.11 Para a elaboração dos planos de ação deverá ser observada a existência de planos de contingência oficiais.

- 3.12 A notificação da suspeita ou ocorrência de doença de notificação obrigatória é compulsória para qualquer cidadão, bem como para todo profissional que atue na área de diagnóstico, ensino ou pesquisa em saúde animal.
- 3.13 A notificação também deverá ser imediata para qualquer outra doença de animal aquático que não pertença à lista publicada em ato legal complementar quando se tratar de doença exótica ou de doença emergente que apresente índice de morbidade ou mortalidade significativo, ou que apresente repercussões para a saúde pública.
- 3.14 O responsável pelo transporte dos animais deverá cumprir com o disposto por outros órgãos com competência para regular a matéria, notadamente os órgãos ambientais.
- 3.15 Em caso de transporte nacional irregular, o SVO (Serviço Veterinário Oficial) definirá a destinação dos animais aquáticos, seu material de multiplicação, seus subprodutos e matéria-prima obtida de animais aquáticos de cultivo, produtos ou outros materiais de risco, ficando o proprietário e detentor sujeitos às sanções civis e penais, sem direito à indenização oficial.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- Registro Geral da Atividade Pesqueira (ver a IN nº 69 de 13 de dezembro de 2019);
- Formulário de Cadastro de Estabelecimento de Aquicultura;
- Ficha de Registro Sanitário.

5. ORIENTAÇÕES PARA O CADASTRO:

- Preencher e Assinar o Formulário de Cadastro de Estabelecimento de Aquicultura e a Ficha de Registro Sanitário.
- Enviar a documentação para o email codea@emdagro.se.gov.br;
- Aguardar a confirmação para o cadastro e a senha para a emissão da E-GTA.